



EDUCAÇÃO, DESIGUALDADE E DIVERSIDADE: grupos menos favorecidos frente ao sistema escolar brasileiro

Jurandir Almeida de Almeida Araujo¹

RESUMO

O objetivo do presente artigo é refletir sobre as desigualdades sociais e culturais existentes no sistema educacional brasileiro, enfocando as dificuldades de acesso e permanência de grupos menos favorecidos, e historicamente discriminados - a exemplo da população afrodescendente -, a uma educação pública, democrática e de qualidade. Partindo do pressuposto que o ensino oferecido a estes grupos, no Brasil, não corresponde às suas demandas, necessidades e interesses, assim como, não oferece elementos mínimos para que os sujeitos destes grupos se desenvolvam plenamente - intelectual, social e profissionalmente. Nos últimos anos, algumas políticas educacionais foram criadas pelo Estado com o objetivo de minimizar desigualdades existentes no sistema escolar brasileiro, no entanto, há ainda uma resistência por parte da escola em colocá-las em prática. Precisamos progredir muito para que de fato essas políticas se efetivem. A luta é antiga e os resultados já são notórios.

Palavras-Chave: Educação Multicultural – Escola Pública – Exclusão – Movimentos Sociais

EDUCATION, INEQUALITY AND DIVERSITY: THE DISADVANTAGED GROUPS IN RELATION TO THE BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss the social and cultural inequalities that exist in the Brazilian educational system, focusing on the difficulties of access and retention of disadvantaged groups and historically discriminated, like the population of African descent, to public, democratic and quality education. We understand that the education offered to these groups in Brazil does not meet their demands, needs and interests; neither does it offer the minimum necessary so that the people of these groups fully develop - intellectually, socially and professionally. In recent years, some educational policies have been created by the State in order to minimize the inequalities in the Brazilian school system; however, there is still a great deal of resistance from school to put them into practice. There is still a lot to progress so these policies take effect. The struggle is old, and the results are already notorious.

Keywords: Multicultural Education. Public School. Exclusion. Social Movements.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Graduado em Pedagogia pela UNEB. Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford.



EDUCACIÓN, DESIGUALDAD Y DIVERSIDAD: LOS GRUPOS MENOS FAVORECIDOS FRENTE AL SISTEMA ESCOLAR BRASILEÑO

RESUMEN

El objetivo del presente artículo es reflexionar sobre las desigualdades sociales y culturales existentes en el sistema educativo brasileño, poniendo de relieve las dificultades de acceso y permanencia de los grupos menos favorecidos e históricamente discriminados, como la población afrodescendiente, a una educación pública, democrática y de cualidad. Se parte del supuesto de que la enseñanza ofrecida a estos grupos en Brasil no corresponde a sus demandas, necesidades e intereses, bien como no ofrece los elementos mínimos para que los sujetos de esos grupos se desarrollen plenamente – intelectual, social y profesionalmente. En los últimos años, se crearon algunas políticas educativas en el Estado con el objetivo de minimizar las desigualdades existentes en el sistema escolar brasileño; sin embargo, todavía hay alguna resistencia por parte de la escuela en ponerlas en práctica. Es preciso progredir mucho para que, de hecho, tales políticas se hagan efectivas. La lucha es anguita y los resultados ya se hacen notorios.

Palabras clave: Educación Multicultural – Escuela Pública – Exclusión – Movimientos Sociales

ÉDUCATION, L'INÉGALITÉ ET LA DIVERSITÉ: LES GROUPES DÉFAVORISÉS AVANT DU SYSTÈME SCOLAIRE DU BRÉSIL

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de discuter les inégalités sociales et culturelles qui existent dans le système éducatif brésilien, mettant l'accent sur les difficultés d'accès et le maintien des groupes défavorisés et historiquement discriminés, comme la population ascendance africaine, une éducation public, démocratique et de qualité. En supposant que l'enseignement dispensé à ces groupes au Brésil, ne répond pas à leurs demandes, des besoins et des intérêts, et n'offre pas le minimum pour que les sujets de ces groupes de se développer pleinement - Intellectuellement, socialement et professionnellement. Ces dernières années, certains politiques éducatives ont été créées par l'Etat afin de réduire les inégalités dans le système éducatif brésilien, cependant, il y a encore de la résistance de l'école les met en pratique. Nous avons besoin de progresser seul fait que ces politiques prennent effet. La lutte est vieux et les résultats sont déjà perceptibles.

MOTS-CLÉS: Éducation Multiculturelle - École Publique - Exclusion - Mouvements Sociaux

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos homem rompe barreiras na busca constante de uma vida melhor para si e seus descendentes, num processo contínuo de transformação de seu habitat. O que há de negativo nesse processo é a forma como as relações sociais acontecem entre os diferentes grupos étnicos e/ou culturais. Existem grupos que pensam serem superiores aos demais, e, ao mesmo tempo em que discriminam os que são diferentes, tentam impor a sua concepção de mundo sobre estes.

Na contemporaneidade, a intolerância para com as diferenças tem provocado conflitos e tensões. Vítimas constantes de discriminação e preconceito, os grupos menos favorecidos e



historicamente discriminados, em particular a população afrodescendente, são excluídos do mercado de trabalho, do sistema educacional, dos meios tecnológicos, restando-lhes apenas a condição de subalternos e marginalizados. Para Paixão (2006, p. 18), “o enfrentamento das questões derivadas das relações étnicas e raciais encontra-se, certamente, entre os maiores desafios da humanidade no século XXI”.

Muitas barreiras impedem grupos menos favorecidos de terem acesso a um padrão de vida melhor. Dentre essas barreiras está o acesso a educação escolar, isto é, ao conhecimento científico e aos saberes sistematizados, ainda privilégio das elites. Poucos conseguem furar essa barreira que os impossibilita de desenvolver-se intelectual, social e profissionalmente, conduzindo-nos a pensar que não basta ter acesso a escola se a educação oferecida aos grupos menos favorecidos não os beneficia. Para Candau (2010, p. 37),

as desigualdades, oriundas de um longo processo histórico, são reforçadas pelo estágio atual de produção econômica. Os povos que sofreram o colonialismo são os mesmos que hoje recebem a parcela “enlatada” do conhecimento que circula rápido pelo mundo.

A escola, que se diz democrática, ainda continua discriminando e excluindo de seu espaço aqueles/as a quem deveria acolher e formar. Segundo Cavalleiro (2001, p. 147) “ao se achar igualitária, livre de preconceito e da discriminação, muitas escolas têm perpetuado desigualdades de tratamento e minado efetivas oportunidades igualitárias a todas as crianças”. Corroborando como o pensamento de Cavalleiro, Bourdieu (1998, p. 53) afirma que: “a igualdade formal que pauta a prática pedagógica serve como máscara e justificação para a indiferença no que diz respeito às desigualdades reais diante do ensino e da cultura transmitida, ou melhor dizendo, exigida”.

Na maioria das escolas brasileiras percebe-se uma prática educativa discriminatória, preconceituosa e excludente, tentando unificar e homogeneizar saberes e, na maioria das vezes, negando conhecimentos milenares por pertencerem a grupos tidos como inferiores. Parece ser habitual entre educadores/as utilizar-se do senso comum e não do conhecimento científico para abordar determinados temas referentes a algumas culturas, vistas como inferiores, a exemplo das culturas de matrizes africanas, em geral, temas apresentados sem nenhum embasamento teórico. São por esses e outros motivos que grupos menos favorecidos e historicamente discriminados, continuam sendo discriminados e excluídos do sistema escolar.

A escola, que por excelência deveria ser espaço privilegiado para a formação de valores, da alteridade e da construção de direitos e de identidade, contribui para reprodução e manutenção de estereótipos e preconceitos sobre as “minorias”. De acordo com Arroyo (2007, p. 120), “a escola tem sido e continua sendo extremamente reguladora dos diferentes, dos povos e coletivos social e culturalmente marginalizados”.



Vivemos em um mundo, considerado por muitos, pós-moderno, no entanto, velhas questões como racismo, homofobia, xenofobia, entre outras formas de discriminação, persistem nas sociedades. Essas questões nunca ocuparam tanto espaço na mídia, nas discussões científicas e na sociedade em geral, como na atualidade. Uma preocupação mundial que perpassa todos os segmentos sociais. No entanto, se percebe nas escolas brasileiras que o espaço reservado para a discussão dessas questões é insignificante diante da urgência e importância do assunto.

O objetivo do presente artigo é refletir sobre as desigualdades sociais e culturais existentes no sistema educacional brasileiro, enfocando as dificuldades de acesso e permanência dos grupos menos favorecidos e historicamente discriminados, a exemplo da população afrodescendente, a uma educação pública, democrática e de qualidade, assim como, da urgência de se colocar em prática uma educação das relações étnico-raciais. Estas reflexões foram realizadas à luz dos teóricos que estudam a temática, tais como: Arroyo (2007), Bourdieu (1998), Candau (2010), Costa (2006), Gomes (2003), Haddad (2007), Saviani (2008), Salvato (2008), entre outros.

A QUALIDADE DO ENSINO DISPENSADO AOS GRUPOS MENOS FAVORECIDOS NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

Até o início dos anos sessenta, a educação pública no Brasil era considerada de boa qualidade e reservada apenas a uma pequena minoria privilegiada. No entanto, com o processo de democratização do ensino, que abriu as portas das escolas públicas para toda a população, e com a introdução da obrigatoriedade da escolaridade de oito anos, na década de setenta, o país passou por uma massificação no acesso ao ensino fundamental. A partir desse momento, a qualidade da educação pública no país começou a cair vertiginosamente, ou seja, o Estado possibilitou o acesso da população ao sistema de ensino, mas não garantiu a qualidade deste. A esse respeito, Haddad (2007, p. 31) afirma que: “os avanços na oferta de escolaridade dos brasileiros não alteraram o quadro das desigualdades na educação”. Acordando com a afirmação de Haddad, Libâneo observa que

as políticas de universalização do acesso vêm em prejuízo da qualidade do ensino, pois enquanto se apregoam índices de acesso à escola, agravam-se as desigualdades sociais do acesso ao saber, inclusive dentro da escola, devido ao impacto dos fatores intra-escolares na aprendizagem (LIBÂNEO, 2010, p. 10).

Assim, conforme o 4º Relatório de Observação do CEDES (2011, p. 15), “a depreciação da qualidade de ensino decorrente, dentre outros fatores, da rápida ampliação da oferta de vagas, trouxe como consequência o fortalecimento do modelo educacional privado, destino de estudantes economicamente mais favorecidos”.

A democratização do ensino transformou as escolas públicas brasileiras em escola das “faltas”: falta professor, faltam materiais didáticos adequados, faltam salas de aula, falta merenda,



falta acessibilidade, falta um currículo que atenda às necessidades e interesses dos sujeitos recebidos. No entanto, o discurso das autoridades competentes é de a educação no país caminha bem, com escolas e vagas disponíveis o suficiente para manter todos estudando, e se os estudantes fracassam, ou não frequentam a escola, a culpa não é do governo, e sim do aluno e/ou da família que não o incentivou. Como assinala Haddad (2007, p. 5), “se é verdade que a oferta pública da educação do Brasil ao longo do século passado cresceu consideravelmente, é também certo que ainda não conseguiu atingir um patamar de qualidade, reproduzindo dessa forma padrões de desigualdade e iniquidades”.

Soa-nos estanho falar em democratização da educação se a qualidade do ensino oferecido aos diferentes sujeitos que frequentam o espaço escolar não adequa-se ao contexto social no qual estes vivem, quando o tratamento dispensado pela escola às minorias desfavorecidas não condiz com a realidade destas. Como observa Bourdieu (1998), a mera expansão dos sistemas escolares não é suficiente para acabar com a exclusão que os grupos menos favorecidos, e historicamente discriminados, sofrem no ambiente educacional.

Se analisarmos os estudos feitos por diferentes órgãos, governamentais e não governamentais, perceberemos que o governo buscou a universalização do ensino no país, mas democratizar significa ir além da garantia de acesso, ou seja, universalizar não é o mesmo que democratizar. Existe uma diferença enorme entre ambos. Uma escola que se diz democrática oferece a todos os seus alunos, independente de seu pertencimento étnico e/ou cultural, de sua religião, de sua orientação sexual etc., igualdade de oportunidade, o que a escola não tem feito. Para Scotti (2007, p. 5),

a idéia de que a igualdade de acesso propicia igualdade de chances só poderia ocorrer se vários atributos e condições sociais dos indivíduos fossem constantes. Como não os são, a idéia de igualdade de acesso não pode ser confundida com igualdade de chances.

A esse respeito, Haddad (2007, p. 42) afirma que: “estamos distantes de um ensino sem discriminação, que promova igualdade de acesso a todos e todas, independentemente de raça, sexo, origem ou idade”.

Todas as desigualdades sociais existentes na sociedade brasileira acabam por refletir na educação, fazendo com que o sistema educacional que temos hoje não garanta o acesso e a permanência de todos nas escolas, nem a qualidade que tanto almejamos. Como observa Candau (2010, p. 37), “a busca da cidadania nos países da periferia esbarra na falta de cumprimento de direitos universais básicos, embora muitas vezes suas populações tenham esses direitos consagrados em lei”.

Assim, a educação oferecida aos grupos menos favorecidos, no Brasil, pouco tem contribuído para a melhoria de vida destes. Segundo Ataíde e Morais (2003, p. 85),



o projeto pedagógico brasileiro é exógeno e xenófobo. As concepções de educação são alienígenas e não se priorizam as especificidades étnico-culturais dos diversos grupos sociais que interagem no espaço escolar.

Contudo, mesmo diante de tantas disparidades no campo educacional, ainda é consenso que a educação constitui caminhos para solucionar ou amenizar mazelas existentes na sociedade. É consenso também, que o investimento em educação é a melhor solução para diminuir as desigualdades sociais nos países onde a distribuição de renda é extremamente desigual. Cabe, portanto, saber se a escola, que se diz libertadora, irá de fato por em prática uma abordagem pedagógica que atenda as demandas, interesses e necessidades dos grupos menos favorecidos, uma vez que, como afirma Saviani (2008), a escola é um aparelho ideológico do Estado a serviço da burguesia. E como sabemos, nunca foi do interesse da burguesia que as minorias desfavorecidas tenham acesso ao conhecimento.

Se tomássemos por base os estudos de Carnoy (2008), diríamos que o problema da educação pública brasileira está relacionado diretamente à desigualdade social; com a má formação dos professores; com a falta de investimento e compromisso da maioria dos profissionais que atuam na área educacional. No entanto, a melhoria na qualidade da educação pública no Brasil não depende apenas de investimento e de recursos humanos qualificados, mas também do esforço mútuo entre Estado, escola, profissionais da educação e sociedade como um todo. Sem essa união continuaremos sujeitos a uma educação que só atende aos interesses ideológicos da elite, uma educação para manter o grosso da população ignorante e subordinada a uma pequena minoria que está no poder.

O DUALISMO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: FAVORECE OS MAIS FAVORECIDOS E DESFAVORECE OS MENOS FAVORECIDOS

No mundo globalizado, o nível de escolaridade dos sujeitos influencia decisivamente na condição de vida. Contudo, grupos menos favorecidos, que no passado eram excluídos do sistema escolar, hoje são mantidos presos a uma educação de baixa qualidade que os impede de atingir todo seu potencial intelectual, continuam fadados ao fracasso e a pobreza. Para Bourdieu (1998), a escola sempre foi excludente, exclui de maneira contínua, em todos os níveis de ensino, mantendo em seu interior aqueles que ela recusa, contentando-se em relegá-los para os ramos mais desvalorizados, o que torna a escola um espaço de marginalização dos grupos menos favorecidos. Corroborando com o pensamento de Bourdieu, Scotti (2007) nos diz que a educação demonstra ser ainda “um instrumento de distinção social e de promoção de injustiças” (p. 2).

Segundo Saviani (2008), no Brasil, o tratamento dispensado à questão educacional sempre foi atravessado por um dualismo desqualificador da instrução popular em confronto com aquela destinada



a elite, permitindo-nos afirmar que o acesso à educação no país se dá de forma bastante desigual: favorece os grupos mais favorecidos e desfavorece os menos favorecidos. Nesta direção, como afirma Bourdieu (1998), a escola tende a realizar uma dupla seleção, cultural e econômica. Concordando com essa afirmação, Canen (2001, p. 207) nos diz que, “inserida no bojo destas relações socioculturais desiguais, a escola tem produzido a exclusão daqueles grupos cujos padrões étnico-culturais não correspondem aos dominantes”.

Já foi dito, mas é válido ressaltar, que embora o acesso ao sistema escolar não garanta aos grupos menos favorecidos igualdade de direitos e de oportunidades, a educação ainda é tida como fator preponderante para que o sujeito ascenda social e profissionalmente, isto é, para que os indivíduos melhorem a condição de vida. Contudo, como observa Bourdieu:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da ‘escola libertadora’, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural (BOURDIEU, 1998, p. 41).

Os indivíduos que não conseguem desempenho conforme o esperado pela escola, ou fracassam diante dela, são tidos pela mesma como sendo culpados pelos seus próprios malogros, pois, se não conseguem desenvolver plenamente suas atividades, não possuem as habilidades naturais necessárias para atingir determinado grau de aprendizagem. Assim, a escola exime-se da culpa do insucesso de seus alunos, quando na verdade ela é, em partes, responsável pelo fracasso destes.

Tomando-se por base os estudos de Bourdieu (1998), pode-se afirmar que a escola se baseia em critérios ligados ao capital cultural e social dos alunos para selecionar ou excluir. Assim, alunos provenientes de famílias ricas, cujos pais possuem maior capital cultural, são beneficiados, enquanto aqueles oriundos de famílias pobres, de pouco capital cultural, são excluídos - Bourdieu denominou de “os excluídos do interior”. Além do mais, segundo o autor:

O sucesso excepcional de alguns indivíduos que escapam ao destino coletivo dá uma aparência de legitimidade à seleção escolar, e dá crédito ao mito da escola libertadora junto àqueles próprios indivíduos que ela eliminou, fazendo crer que o sucesso é uma simples questão de trabalho e de dons (BOURDIEU, 1998, p. 59).

² Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada.

³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio



Ou seja, faz crer que se o indivíduo não tem o dom natural e nem se empenha para adquirir o conhecimento, não conseguirá se desenvolver plenamente, sendo fadado ao insucesso intelectual, social e profissional.

As desigualdades, visíveis e identificadas, que perpassam o sistema educacional brasileiro, parecem não servir de parâmetro para mudar a triste realidade da educação pública no país. As análises do IPEA², sobre a PNAD³, 2009, concluem que a desigualdade ainda é um dos grandes desafios quando se trata de melhorar a educação no país. Conforme os diagnósticos do IPEA, os dados coletados mostram que os grupos sociais mais ricos gastam 30% a mais com educação que os mais pobres, sendo que no nível da pós-graduação e de cursos de idiomas o gasto com educação chega a ser praticamente nulos para os mais pobres. Neste sentido, como observa Salvato (2008, p. 80), “pobreza é muito mais do que seu conceito monetário. Obviamente, quando falamos de pobreza ou qualquer outro indicador, a Diversidade Cultural também deve ser tratada”.

De acordo com Haddad (2007, p. 9), “para compreender o fenômeno da exclusão educativa, é preciso analisá-lo dentro de um campo mais amplo, o campo das relações sociais, políticas e econômicas, que o produzem e lhe fornecem sentido”. Partindo desta compreensão pode se dizer que as desigualdades existentes na educação brasileira são de ordem econômica, social, cultural, étnico-racial, dentre outras.

ALUTA DE GRUPOS MENOS FAVORECIDOS POR UMA EDUCAÇÃO QUE ATENDA A SUAS DEMANDAS, NECESSIDADES E INTERESSES

Anteriormente ao processo de democratização do ensino já existiam movimentos sociais que reivindicavam do Estado escola pública, democrática e de qualidade para todos, por acreditarem que os grupos menos favorecidos e historicamente discriminados só conseguirão melhorar sua condição de vida por meio da educação. Mas é a partir da década de 1970 que diferentes movimentos sociais, especialmente o Movimento Negro, passam a reivindicar, além de uma escola pública, democrática e de qualidade, uma educação que atenda as demandas, necessidades e interesses dos diferentes sujeitos que frequentam os distintos ambientes educacionais. Diuturnamente, esses movimentos têm cobrado do Estado e da sociedade em geral que se posicione diante da situação caótica em que se encontra o sistema educacional público no país.

As ações dos movimentos sociais não se restringem apenas ao campo da reivindicação. Projetos educacionais e socioeducativos, com objetivo de contribuir para a formação de sujeitos críticos/reflexivos, cientes do seu papel de cidadão - dentre outras ações concretas -, também são desenvolvidos no interior destes movimentos, fazendo o diferencial na luta por uma educação pública, democrática e de qualidade, isto é, uma educação das relações étnico-raciais.

Ao longo das últimas décadas, o Movimento Negro, tem conseguido atendimento às suas



reivindicações ao Estado. A maior parte, no campo da educação, em particular, na construção de uma educação multicultural e antirracista. No entanto, ainda são muitas as demandas da população negra na área educacional, principalmente, no que se refere ao acesso e a qualidade do ensino. Segundo Costa (2006, p. 213) “não há razão para que os negros brasileiros acreditem no tratamento igualitário prometido pela lei: as práticas sociais se encarregam, sistematicamente, de reintroduzir a desigualdade de oportunidades”.

A pressão dos diferentes movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro, perante a escola e o Estado brasileiro, tentando reverter a situação em que se encontra a educação pública no país tem se mostrado eficaz na constituição de uma educação multicultural e antirracista. No entanto, a maioria das escolas brasileiras ainda se baseiam numa concepção eurocentrista de educação, que não corresponde às necessidades e interesses dos grupos menos favorecidos, racializados e excluídos. Concepção essa, que além de deficiente, seletiva e excludente, ignora em seu currículo a diversidade étnica e cultural do povo brasileiro. Currículo que oculta e se cala diante de conflitos e tensões – étnicas, culturais, sexuais, religiosas, etc.

Assim, mesmo com leis e diretrizes curriculares nacionais orientando na efetivação de uma educação que atenda aos interesses da diversidade étnica-cultural presente nos frequentadores dos diferentes espaços educativos, os grupos historicamente discriminados, sobretudo, negros e índios, continuam a ser excluídos do sistema educacional. Várias são as causas dessa exclusão: currículo homogêneo, que exclui a diversidade étnica e cultural que se faz presente no ambiente educacional; materiais didáticos, que não correspondem à realidade da maioria dos estudantes; falta de formação inicial e continuada aos profissionais da educação para trabalhar com uma abordagem pedagógica que atenda aos interesses dos diferentes sujeitos que frequentam a escola, assim como, para lidar com as questões de discriminação, preconceito e racismo que ocorre no espaço escolar.

Para Silva (2001, p. 66), “é preciso compreender que a exclusão escolar é o início da exclusão social das crianças negras”. Não só das crianças, mas também dos adolescentes, dos jovens e dos adultos negros e dos outros grupos socialmente discriminados. A luta dos movimentos sociais tem sido árdua para reverter esse quadro. O progresso tem sido significativo, porém, como observa Arroyo (2007), há muito ainda a se avançar.

A escola, democrática, tem por obrigação colocar em prática uma educação multicultural e antirracista, pautada no respeito à diversidade étnica e cultural, contribuindo para o desarraigamento de qualquer tipo de preconceito e discriminação, de forma que o respeito às diferenças seja uma constante, pois, como assinala Gomes (2003, p. 73), “reconhecer as diferenças implica romper com preconceitos, superar as velhas opiniões formadas sem reflexões, sem o menor contato com a realidade do outro”.



As mudanças estão em curso e a história já começa a ser modificada. Mesmo a história oficial, excludente de negros e indígenas como povos contribuintes na construção do Brasil, nas últimas décadas alavancou muitos estudos que corroboram para a construção da verdadeira história do país, assim como, para que se coloque em prática uma educação contemplativa da diversidade étnica e cultural presente nos diferentes espaços educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil, nos últimos anos, vem apresentando sinais positivos de mudança no que se refere à abordagem pedagógica dispensada à diversidade étnica e cultural existente na escola. Nesse sentido, algumas políticas educacionais foram criadas pelo Estado na tentativa de minimizar as desigualdades existentes no sistema escolar brasileiro. Leis Federais (10.639/03 e 11.645/08) e diretrizes curriculares nacionais orientam para efetivação de uma educação que atenda as demandas, interesses e necessidades dos diferentes sujeitos frequentadores dos distintos ambientes educacionais. Foram propostas há alguns anos, resta saber o porquê da resistência da escola em colocá-las em prática.

Sabemos que políticas educacionais adotadas pelo Estado para melhorar a educação no país não são suficientes. Temos muito ainda para avançar e provocar uma mudança concreta na qualidade do ensino público brasileiro.

Precisamos de uma escola pública, democrática e de qualidade, onde alunos se sintam bem, assim como, parte integrante da diversidade que ali se faz presente; que lhes ofereçam um ensino de qualidade; respeitando singularidades, independente de cor, raça, gênero, sexo, religião, orientação sexual etc. Não cabe mais a escola trabalhar o assunto referente a diversidade esporadicamente e de forma superficial.

É preciso mais do que informações vazias de significação, que, na maioria das vezes, crianças e adolescentes adquirem diariamente pelos meios de comunicação. Faz-se necessário oferecer aos alunos meios efetivos para que entendam a dinâmica sociocultural, ou seja, percebam a consequência devastadora do preconceito e da discriminação sobre a vida das pessoas. Cabe a nós, educadores, trazer essa discussão para a sala de aula, estimular os alunos a se conscientizarem, mudarem de comportamentos e hábitos prejudiciais ao convívio social.

Enfim, é preciso transformar os diferentes espaços educativos em ambientes de inclusão; de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação; de troca de ideias; de respeito à diversidade; de resgate da autoestima; de reconhecimento e valorização da história e identidade das minorias historicamente discriminadas, bem como, da afirmação do caráter pluriétnico e multicultural da nossa sociedade. Caso contrário, torna-se difícil que os grupos menos favorecidos tenham chances reais de melhorar as suas condições de vida. Ressaltando que, construir uma educação que atenda as demandas, interesses e necessidades dos diferentes sujeitos que frequentam o ambiente é um dever de todos – do Estado, do sistema escolar e da sociedade em geral.



REFERÊNCIAS

4º RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO DO CDES. *As desigualdades na escolarização no Brasil*. Brasília: Presidência da República, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES, 2ª Edição, 2011.

ARROYO, M. G. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, N. L. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações étnico-raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 11-130

ATAÍDE, Y. D. B; MORAIS, E. S. A (Re) Construção da Identidade Étnica Afro-Descendente a partir de uma proposta alternativa de educação pluricultural. *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 12, n. 19, p. 81-98, jan./jun., 2003.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frentes à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 39-64.

_____. “Os excluídos do interior”. In: BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p. 217-228.

CANAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: questões, tendências e perspectivas. In: CANAU, Vera Maria (Org.). *Sociedade, educação e cultura(s): questões e propostas*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 11-101

CANEN, Ana. Universos Culturais e Representações Docentes: subsídios para a formação de professores para a diversidade cultural. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 77, Dez./2001.

CARNOY, Martin. *A vantagem acadêmica de Cuba: por que seus alunos vão melhor na escola*. São Paulo: Ediouro, 2009.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-160.

COSTA, Sérgio. *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GOMES, N. L. Educação e diversidade étnico-cultural. In: RAMOS, M. N; ADÃO, J. M; BARROS, G. M. N. *Diversidade na educação: reflexões e experiências*. Brasília: SEMT, 2003, p. 67-76.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. 4. ed. Belo Horizontes: Autêntica, 2006.

HADDAD, Sérgio. *Educação e exclusão no Brasil*. São Paulo: Ação Educativa, 20007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Comunicado do Ipea n° 66: PNAD 2009 - Primeiras análises: Situação da educação brasileira - avanços e problemas*. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2010. Disponível em: www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicado_ipea66.pdf acesso em: 15 jun./2011.

LIBÂNEO, Jose Carlos. A escola brasileira em face de um dualismo perverso: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *X Encontro de Pesquisa em Educação da Anped - Centro Oeste*, julho, 2010.



PAIXÃO, Marcelo. *Manifesto Anti-Racista: Ideias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A; LPP/UERJ, 2006.

SALVATO, M. A. Desenvolvimento humano e diversidade. IN: BARROS, José M. (Org.). *Diversidade Cultural: da proteção a promoção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 76-87.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política*. 40. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCOTTI, P. A. Igualdade de chances entre grupos como critério de equidade em educação. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife/PE.

SILVA, Maria Aparecida da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 65-83.

*Recebido em julho de 2012
Aprovado em setembro de 2012*